

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERSPECTIVA DO SISTEMA-MUNDO

EDUARDO BARROS MARIUTTI*

"Não deve confundir-se totalidade com plenitude. O todo é mais do que a reunião das partes, mas certamente é-o também menos." T.J.G. LOCHER

A chamada "perspectiva do sistema-mundo" começa a consolidar-se como uma corrente autônoma do pensamento na segunda metade dos anos 70 e, desde então, ela tornou-se indissolúvelmente ligada ao nome de Immanuel Wallerstein, vinculação que é reconhecida tanto pelos adeptos desta linha de pensamento quanto por seus adversários. Isto porque, apesar da preocupação com o caráter transnacional do capitalismo remontar pelo menos à segunda metade do século XIX, há quase um consenso de que a publicação do primeiro volume de *The Modern World-System* (1974) demarca o surgimento de uma nova modalidade de reflexão, com uma problemática razoavelmente definida e um campo conceitual próprio. Discutiremos aqui as principais características desta perspectiva de análise. Para tal, basearemos-nos predominantemente na obra de Wallerstein, por um motivo simples: todas as variantes da perspectiva do sistema-mundo estão relacionadas a esta obra, por aproximação ou por distanciamento relativo. Antes, porém, retrataremos brevemente o contexto em que ela ganha corpo.

Ecoando um célebre princípio materialista, Wallerstein reconhece que a análise do sistema-mundo¹ tomou forma nos anos 70 somente porque as condições para a sua emergência já estavam amadurecidas. Os primeiros impulsos neste sentido ocorrem nos 25 anos posteriores a 1945, quando os cientistas sociais da Europa e dos Estados Unidos "descobrem" o terceiro mundo como uma realidade que não se encaixa perfeitamente na estrutura das ciências sociais herdada do século XIX. Como uma espécie de primeira resposta à esta inadequação, os "estudos de área" ganharam força, trazendo consigo preocupações epistemológicas: os seus adeptos afirmavam que as "teorias" das ciências sociais não dizem respeito apenas à Europa e à América do Norte, mas podem também ser utilizadas para o estudo das demais regiões do globo, embora não de forma imediata, pois estas áreas apresentam peculiaridades que não podem ser desprezadas. Não é difícil notar a tensão que se situa na raiz deste tipo de análise:

"Argumentar que - escreve Wallerstein - as condições são as mesmas e argumentar simultaneamente que elas são diferentes não é a coisa mais fácil de se fazer. Entretanto, os adeptos dos estudos de área encontraram uma solução engenhosa, e mais plausível, para o aparente dilema. Eles basearam o seu trabalho em uma perspectiva que já se encontrava difundida entre as ciências sociais, [a idéia de que](...) existem estágios pelos quais a sociedade atravessa (e que, portanto, as demais sociedades atravessarão), e que estes estágios representam um progresso evolucionário." (1998:104)

Portanto, a resposta mais imediata ao impasse criado pela constatação das peculiaridades do terceiro mundo foi a formulação do que se convencionou denominar *teoria da modernização*. De acordo com esta perspectiva, todos os estados apresentam

simultaneamente um conteúdo geral e singular: o caráter geral reside na seqüência de estágios a serem atravessados, enquanto o caráter particular é definido pelo estágio em que cada Estado se encontra no momento, por suas diferenças com relação aos Estados desenvolvidos (que representam a unidade de referência) e, também, pelo tempo gasto para passar de um estágio para outro. Segundo Wallerstein, um dos grandes impulsos à análise do sistema-mundo proveio exatamente da crítica dos pressupostos subjacentes à esta interpretação: em primeiro lugar, a crítica da idéia de que os Estados representam a unidade operacional da sociedade; que atuam de forma autônoma e não são afetados por fatores externos às suas fronteiras. Em segundo lugar, a crítica à existência de uma lei geral de desenvolvimento social (i.é, os estágios e sua seqüência) que, inevitavelmente, conduziria as sociedades atrasadas ao estágio em que se encontram as nações desenvolvidas. Assim, sem nenhum exagero, podemos argumentar que a análise do sistema-mundo tomou forma, inicialmente, por oposição à teoria da modernização, a qual, segundo Wallerstein, ficou muito desgastada após a "a revolução mundial de 1968",² cujo *resultado principal* foi uma desilusão generalizada com os resultados dos movimentos antisistêmicos (movimentos de libertação nacional, movimento comunista e a social-democracia (cf. WALLERSTEIN, 1988: 587-92)) e com a sua perspectiva de futuro: a criação de uma sociedade mais igualitária e mais democrática. Mas esta desilusão, ao contrário do que se deveria esperar, abalou fortemente o pilar fundamental da ideologia liberal: a crença na inevitabilidade do progresso (cf. *ibid* 1997a;1999b). Este quadro de descontentamento e de desilusão geral, em conjunto com a criação de uma base institucional,³ favoreceu a consolidação e o desenvolvimento da perspectiva do sistema-mundo.

1 - O sistema-mundo moderno

Há uma forte correlação entre a formação do sistema mundial capitalista e o estabelecimento da ciência "moderna". No intuito de nos aproximarmos mais rapidamente do nosso problema, restringiremos um pouco mais esta afirmação: há uma conexão entre a consolidação de uma economia-mundo baseada no modo de produção capitalista no "Ocidente" em expansão (±1640-1815) e a constituição das *ciências sociais* (±1850-1914(45?)), isto é, a formação de um domínio específico do conhecimento, dividido em disciplinas supostamente autônomas (antropologia, ciência política, economia, geografia, história e sociologia) e, também, a criação de um aparato institucional capaz de preservar e fomentar a especialização do conhecimento. Isto ocorre em conjunto com a conversão da economia-mundo européia em um empreendimento realmente global (1815-1917), que reforça a divisão do conhecimento estabelecida no núcleo do sistema e a impõe sobre praticamente todo o planeta. Esta correlação fica ainda mais nítida se levarmos em conta a grande questão que subjaz a *todas* as disciplinas das ciências sociais: explicar a ascensão do "Ocidente", isto é, explicar o processo geral do qual as próprias ciências sociais são uma expressão (cf. WALLERSTEIN, 1991:7-22; 1992b; 1992c:561-3; 1997b:3-9). Este fenômeno recebeu diversas denominações, tais como expansão da Europa, origem da modernidade, transição do feudalismo ao capitalismo e, mais recentemente, "milagre europeu". Cada uma destas denominações reflete, em graus variados, a referida divisão do conhecimento em disciplinas e, também, o conflito entre modalidades de reflexão distintas, que iluminam certos aspectos da realidade ao mesmo tempo em que obscurecem os demais. Deixaremos momentaneamente de lado as questões referentes à legitimidade da clivagem

da realidade em setores autônomos, aos quais corresponderiam disciplinas específicas, para nos concentrarmos na própria discussão em torno da origem do capitalismo/modernidade.

É difícil encontrar quem discorde de que o Ocidente foi o palco de uma transformação singular na história da humanidade. Contudo, só há consenso relativo se nos situarmos neste elevado grau de generalidade. Qualquer refinamento da análise traz à tona controvérsias acaloradas. O que é o Ocidente? Quais são as suas fronteiras espaciais e temporais? A ascensão do Ocidente se deu em função do declínio de outros sistemas sociais ou, pelo contrário, ele floresceu endogenamente e, deste modo, induziu o resto da humanidade a seguir os seus passos? O que determinou esta transformação, isto é, que forças dinamizaram o processo: a luta de classes? O progresso técnico? A radicalização e a difusão de uma tendência à racionalização da ação social, que se materializou inicialmente na ampliação da rede comercial e, depois, na secularização de todas as esferas da ação social? Esta é uma pequena amostra das intrincadas questões que tem sido incessantemente debatidas desde, pelo menos, a formação das ciências sociais. Existem ainda explosivas questões derivadas: (1) sobre o sistema social que precedeu o capitalismo, designado predominantemente como “feudalismo”: Quais foram as suas características fundamentais? O feudalismo apresentava alguma dinâmica própria? Se possuía, como ela operava, ou melhor, com que aparato conceitual podemos apreendê-la? O feudalismo é uma especificidade da Europa? O capitalismo resulta de sua crise? O que determinou esta crise? (2) Sobre os padrões de desenvolvimento distintos no interior da Europa: porque a Inglaterra - e não a França ou a Holanda - acabou tomando a dianteira do processo? A sua trajetória se deu às expensas dos demais estados ou decorreu fundamentalmente das peculiaridades da sociedade inglesa? Há um movimento comum da Europa Ocidental, que se expressa de forma ligeiramente diferenciada em algumas regiões, ou, pelo contrário, o Ocidente é composto por um conjunto de Estados diferentes que trilham caminhos paralelos, que podem convergir ou divergir ao longo do tempo, mas cada um deles possui uma lógica própria (múltiplas “transições”)? (3) sobre as demais regiões “civilizadas” do mundo: porque a China, a Índia e o mundo islâmico não conseguiram transitar ao capitalismo antes do que a Europa, já que, em alguns aspectos, estas civilizações eram mais desenvolvidas? Um estudo sobre a formação do capitalismo / origem da modernidade / ascensão do Ocidente deveria contemplar simultaneamente a multiplicidade de questões acima referidas. Isto é possível? Os adeptos da perspectiva do sistema-mundo – Wallerstein em particular – suspeitam que não. Pelo menos não enquanto as tensões não resolvidas que se encontram no âmago das ciências sociais não forem realmente enfrentadas. Deste modo, a melhor maneira de apresentarmos a posição de Wallerstein sobre este problema é partir de sua reflexão sobre dois tipos de interpretação sobre a ascensão do Ocidente: as explicações civilizacionais e as “conjunturais”.

1.1- Explicações civilizacionais – Dentro desta categoria podemos incluir todas as interpretações que, em alguma medida, repousam no princípio de que a singularidade do desenvolvimento ocidental iniciado no século XVI (XVII ou XVIII) decorre de algum elemento estrutural ou de alguma característica civilizatória que remonta a um fenômeno muito mais antigo. Assim, este legado representaria o fator que tornou possível ao Ocidente trilhar um caminho vedado às demais civilizações do século XVI.

Das interpretações civilizacionais, a proposta por Max Weber é uma das mais conhecidas. Logo no primeiro parágrafo de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber anuncia a grande indagação que, em maior ou menor medida, perpassa toda a sua obra: a qual conjunto de fatores pode ser atribuído o fato de *somente* na

civilização ocidental terem florescido fenômenos culturais dotados de significado e de valor universal? (cf.1994:1). Antes de nos preocuparmos com a resposta sugerida por Weber, é necessário prestar mais atenção no raciocínio que o levou a formular desta maneira a questão: sabendo de antemão que o capitalismo surgiu no Ocidente, Weber isolou algumas das suas características mais importantes. Em seguida, após estudar diversas civilizações, ele identificou nelas alguns elementos comuns ao capitalismo moderno. Aqui reside o ponto decisivo: mesmo apresentando algumas características similares às da sociedade moderna, *o capitalismo não floresceu nestas civilizações*. Logo, conclui Weber, estas características compartilhadas não constituem a *variável decisiva*, capaz de explicar a originalidade do desenvolvimento ocidental. Nos moldes em que é feita esta constatação, o desdobramento do raciocínio é quase automático: a especificidade do Ocidente repousa, em grande medida, na sua *herança judaico-cristã*, a qual tomou uma forma peculiar no século XVI com a Reforma e a emergência da ética Protestante. Este *ethos*⁴ peculiar forneceu um apoio normativo aos empreendedores capitalistas que foi decisivo na formação do capitalismo moderno: por fundamentar-se em uma conduta racional ascética derivada da idéia de vocação, o capitalismo configura uma *individualidade histórica*⁵ que não se confunde com a eterna e onipresente *auri sacra fames*. Assim, para nossos propósitos, ao invés de aprofundarmos a nossa síntese sobre a interpretação de Weber, temos de reter o seu conteúdo civilizacional: *o suposto valor e significado universal dos fenômenos culturais da Civilização Ocidental estão profundamente ligados à sua remota origem cristã*.

Mas, como nos lembra Wallerstein, as interpretações civilizacionais também são utilizadas por autores marxistas. Neste caso, o exemplo mais evidente é a interpretação de Perry Anderson sobre o declínio do absolutismo e a transição ao modo de produção capitalista. Como veremos, para evidenciar o caráter civilizacional do argumento de Anderson é necessário levar em conta a sua insistência em afirmar que o capitalismo só pode ter emergido inicialmente do modo de produção feudal (ou, pelo menos, que o feudalismo *favorece* este tipo de desenvolvimento) e que este modo de produção preponderou somente na Europa e no Japão (cf. ANDERSON, 1979: 401-3). Esta constatação é feita com um propósito bem delineado: investir contra a tendência de parte da historiografia marxista em universalizar o feudalismo, isto é, em transpor um conceito derivado do passado da Europa para explicar a história das demais formações sociais. Curiosamente, esta investida representa uma das características mais positivas da interpretação de Perry Anderson e, ao mesmo tempo, um de seus pontos mais vulneráveis. Vamos nos deter um pouco mais neste aspecto. Em primeiro lugar, é necessário tomar a sua definição de feudalismo: este modo de produção é definido “originalmente” pela *unidade orgânica* entre a economia e a dominação política na esfera da *aldeia*, uma unidade que distribuía-se em uma cadeia de *soberanias parcelares* (cf.1979:19). Este amálgama entre a esfera econômica e a política é que garantiu o dinamismo ímpar da Europa e que, ao mesmo tempo, invalida teoricamente a tendência em transformar o feudalismo em um “oceano onde virtualmente todas as sociedades podem receber o seu batismo”(cf.1979:3). Mas, e o Japão? Ambos não compartilhavam esta característica decisiva? O próprio Anderson faz para si esta pergunta e, em sua resposta, finalmente, o elemento civilizacional entra em cena. Apesar do “ciclo comum do feudalismo”, a Europa teve algo que faltava ao Japão: o legado da antiguidade clássica. A despeito do elevado nível de urbanização, da circulação monetária e do direito desenvolvido, o Império Romano não foi capaz de, por si só, transitar ao capitalismo e entrou em colapso. O seu declínio engendrou o modo de

produção feudal que, embora caracterizado pelo predomínio do setor rural e pela parcelarização da “propriedade” e da soberania, preservou alguns elementos do período romano. Mas preservou como? Para responder a esta questão, com um certo grau de retórica, Anderson apresenta uma formulação um tanto enigmática:

“Qual é, então, a especificidade da história européia, que a separa tão radicalmente da história japonesa, a despeito do ciclo comum do feudalismo, que de outro modo as teria unido fortemente? A resposta seguramente repousa na herança da antigüidade clássica. O Império Romano, em sua forma histórica final, não era apenas naturalmente incapaz de transitar por si só ao capitalismo. O próprio avanço do universo clássico o condenou à uma regressão catastrófica, de uma magnitude tal que não existe nenhum outro exemplo real nos anais da civilização. O mundo social muito mais primitivo dos primórdios do feudalismo foi o resultado deste colapso, internamente preparado e externamente completado. Então, após uma longa gestação, a Europa Medieval liberou os elementos de uma lenta transição ulterior ao modo de produção capitalista, no início da era moderna. Mas o que tornou possível a singular passagem da Europa para o capitalismo foi *a concatenação da antigüidade com o feudalismo*. (...) A “vantagem” da Europa sobre o Japão repousa em seu antecedente clássico, que mesmo após a Idade das Trevas não desapareceu “atrás” de si, mas sobreviveu, em certos aspectos básicos, à sua frente” (1979: 420-21).

Em *Passages from Antiquity to Feudalism* (1974), Perry Anderson tende a identificar basicamente o legado romano com a preservação da Igreja Católica, um instituição que conseguiu sobreviver ao colapso do império, ajustando-se às grandes transformações que a ruralização da sociedade e a dispersão do poder político implicavam. Anderson *sugere* que o sucesso da Igreja esteve diretamente ligado à sua capacidade de administrar, por um período relativamente longo de tempo, uma contradição fundamental: o conteúdo igualitário do cristianismo e a estrutura extremamente hierarquizada da sociedade feudal.⁶ No entanto, em *Lineages of the Absolutist State*, Perry Anderson não deu continuidade a esta frutífera linha de argumentação, pois passou a privilegiar o papel desempenhado pelo princípio romano de propriedade quiritária, que ressurge na Europa Ocidental durante a crise do feudalismo.

Immanuel Wallerstein faz menção a outras explicações civilizacionais (cf.1992c:592-99), mas seria excessivo reconstituir aqui todas elas, pois, tendo em vista as nossas preocupações centrais, esboçar as características gerais destas interpretações é mais relevante do que apresentar um vasto inventário. Se levarmos este tipo de interpretação às últimas conseqüências, como salienta Wallerstein, poderemos constatar um pressuposto que, geralmente, não é apresentado com a devida clareza:

“Obviamente, qualquer ocorrência histórica possui raízes imediatas cuja derivação pode ser traçada retrospectivamente *ad infinitum*. Entretanto, se acreditarmos que a transformação crucial ocorreu a 500-2500 anos antes, estamos apresentando uma explicação genético-cultural que, efetivamente, diz que o desenvolvimento do capitalismo/“modernidade” no Ocidente, e no Ocidente em primeiro lugar, foi algo “inevitável” devido ao seu sistema civilizacional anterior. Mas, entretanto, se acreditarmos que por volta de 1300+ não há nenhuma razão para supormos que o

que iria ocorrer 200 anos depois estava inscrito em trajetórias históricas de longo prazo, mas pelo contrário, que era “conjuntural”, estaríamos livres para avaliar a sensatez das escolhas históricas que foram realizadas, e liberados do caráter auto-realizável e auto-congratatório das explicações civilizacionais.”(1992c:590)

Assim, como podemos notar na primeira parte desta citação, a especificidade é, no limite, identificada com *inexorabilidade*: o florescimento do capitalismo moderno não foi somente uma via de desenvolvimento exclusiva do Ocidente, mas também, em certa medida, foi algo inevitável. Formulando nestes termos o problema, temos a impressão de que as transformações em pauta fazem parte de um *lento processo de maturação* que, partindo de raízes profundas contidas em um sistema social anterior, culmina invariavelmente no estabelecimento do capitalismo. Em suma: as tendências capitalistas já estavam *contidas* na baixa Idade Média (ou até muito antes), de modo que a explicação sobre a formação do capitalismo é, na verdade, uma explicação sobre como estas tendências conseguiram florescer no século XVI (XVII, XVIII ou XIX), rompendo as barreiras que constroem o seu desenvolvimento. Já a segunda parte da citação nos oferece um outro modo de encarar o problema, que, como veremos, nos leva a examinar outro *tipo* de explicação.

1.2 - *Explicações conjunturais* – Uma divisão radical entre as interpretações civilizacionais e conjunturais seria totalmente despropositada, pois desviaria a nossa atenção do rico espectro que medeia os dois extremos. Além do mais, o modo como Wallerstein caracteriza as interpretações “conjunturais” só faz sentido em sua relação com as explicações civilizacionais acima esboçadas. Tomemos a idéia do embrião capitalista que supostamente estava contido na porção ocidental da Europa Medieval. Muitos autores insistem que os mesmos *traços capitalistas* presentes nesta região particular podem ser encontrados em praticamente todos os sistemas sociais conhecidos. Mas eles só germinaram no Ocidente, e por este motivo, o Ocidente representa o principal referencial para a explicação. Assim, deste ponto de vista, *devido à circunstâncias especiais*, somente a Europa Ocidental foi capaz de romper os inúmeros estrangulamentos à maturação do capitalismo. Cada explicação diferente enfatiza um ou alguns estrangulamentos principais, selecionando algum ou alguns fatores contingentes que foram responsáveis pela liberação dos impulsos capitalistas, mas o princípio básico é sempre o mesmo: um conjunto excepcional de circunstâncias atua sobre as tendências de longo prazo que modelavam o sistema social anterior ao capitalista, destruindo-as ou transformando-as em um novo conjunto de tendências, as quais são mais favoráveis à plena manifestação do capitalismo (*cf.* WALLERSTEIN, 1992c:599-600). A questão muda de figura, mas não completamente: os fatores estressados pelas interpretações civilizacionais como responsáveis pela ascensão do Ocidente por volta de 1500, que remontam a um período anterior, são realmente importantes, e devem ocupar um lugar de destaque na interpretação. Todos estes fatores são necessários, mas não *suficientes*. A condição ou as condições suficientes surgem de forma involuntária e contingente, entre 1250 e 1450, período que muitos autores qualificam como a “crise do feudalismo”, embora tal caracterização não seja consensual. Assim, o resultado do declínio do feudalismo foi uma das possibilidades dentre inúmeras, e que, no calor dos acontecimentos, este desdobramento peculiar era *intrinsecamente impossível* de ser antecipado. Esta é exatamente a posição de Wallerstein sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, isto é, sobre a *formação do sistema-mundo moderno*.⁷ Não é a toa que o primeiro capítulo de *The Modern World-System I* é intitulado “Prelúdio Feudal”. Desta perspectiva podemos compreender o ambicioso mote de Wallerstein: articular a perspectiva

sincrônica (dominante entre os marxistas) com a perspectiva diacrônica, tentando elucidar a complexa interação entre acaso e determinação.

1.3. - *A dinâmica da economia-mundo moderna* - Não há espaço para reproduzirmos a dimensão historiográfica da interpretação de Wallerstein sobre a formação do sistema-mundo moderno. No entanto, as linhas básicas que a delimitam foram esboçadas nas seções anteriores, e o mesmo pode ser dito do que discutiremos daqui em diante. Comentaremos neste momento a *dinâmica* do sistema-mundo já constituído, suas contradições e as categorias que foram forjadas para apreendê-lo. Preliminarmente, teremos de levar em conta a categoria sistema-mundo em seu grau máximo de generalidade. Wallerstein define sistema-mundo como um sistema social que possui limites (potencialmente variáveis), estruturas, regras de legitimação e um certo grau de coerência. É dinâmico, pois os grupos que existem em seu interior estão constantemente envolvidos em uma luta para modelar o sistema em seu proveito. Sinteticamente: o que caracteriza um sistema-mundo é o fato da sua dinâmica ser, em grande medida, interna (auto-contida).⁸ Deste modo, o próprio sistema representa a *unidade* em torno da qual *qualquer* análise deve estruturar-se. Isto posto, podemos prosseguir. Uma economia-mundo é um sistema-mundo que não é englobado por nenhuma entidade política unitária. Ao longo da história, tendencialmente, as economias-mundo vivenciaram dois desfechos distintos: (a) desintegração; (b) transformação em um *império-mundo*, isto é, em uma economia-mundo envolvida por uma única estrutura política. Esta transformação geralmente ocorre de duas maneiras principais: a economia-mundo pode desenvolver uma estrutura política unitária capaz de envolvê-la completamente ou, então, ser anexada a um império-mundo em expansão. Mas a economia-mundo capitalista – isto é, o sistema-mundo moderno - não trilhou nenhum destes caminhos. Ela não se desintegrou, não formou uma entidade política unitária e não foi conquistada por nenhum império-mundo. Como veremos, Wallerstein sugere que esta é exatamente a sua especificidade e o segredo de sua força.

O sistema-mundo moderno configura um *todo espaço-temporal*, cujo escopo espacial coincide com o eixo da divisão social do trabalho que integra as suas partes constituintes. Este eixo se materializa em uma complexa *cadeia de mercadorias* onde, para cada processo de produção, existem alguns vínculos para diante e para trás, responsáveis pela interdependência da rede planetária de valorização do capital. Por intermédio desta rede, diversas formas de controle e de remuneração do trabalho são subsumidas ao capital: o trabalho compulsório (e o infantil), as cooperativas de produtores independentes e as economias familiares semiproletarizadas (onde o salário é a menor parcela das diversas fontes de renda da família) são alguns exemplos. O fato é que a multiplicidade de regimes de trabalho que convivem com o salariedade não deve ser encarada como um mero anacronismo, ou como um resquício pré-capitalista. O seu papel na valorização do capital é análogo ao exercido pelas disparidades geográficas entre zonas de salários elevados/baixos salários, criadas artificialmente pelo controle internacional sobre a mobilidade da mão de obra: o recurso ao trabalho compulsório e ao emprego da força de trabalho parcialmente convertida em mercadoria ajuda a estabelecer limites às reivindicações dos trabalhadores assalariados com maior poder de barganha. Assim, podemos notar que a divisão do trabalho que articula a economia-mundo não é somente ocupacional, mas sobretudo regional: ela reflete uma *hierarquia* de tarefas que demandam níveis distintos de qualificação e de capitalização, determinando assim a transferência extensiva da mais-valia da periferia para o centro. Mas o quadro é um pouco mais complexo. Entre o centro e a periferia da economia-mundo existe uma zona intermediária, razoavelmente favorecida pela divisão

mundial do trabalho: a semi-periferia, que geralmente envolve áreas que outrora faziam parte do centro do sistema, embora a conversão de regiões periféricas em semiperiféricas não seja incomum. Wallerstein confere bastante importância à esta categoria:

“A semiperiferia, entretanto, não é um artifício de pontos de corte estatísticos, nem uma categoria residual. A semiperiferia é um *elemento estrutural necessário numa economia-mundo*. Estas áreas têm um papel paralelo ao representado, *mutatis mutandi*, pelos grupos comerciais intermediários em um império. (...) Estas áreas intermediárias (...) desviam parcialmente as pressões políticas que os grupos localizados primariamente nas áreas periféricas poderiam, de outro modo, dirigir contra os Estados do centro, contra os grupos que operam em seu interior e por intermédio de seu aparelho de estado.” (1974: 349-50. Grifos meus)⁹

Os estados semiperiféricos combinam características dos dois extremos que polarizam a economia-mundo capitalista. Desta maneira, eles exercem um papel específico: atuam como zonas periféricas para os estados do centro e, simultaneamente, como centro com relação à periferia. Esta posição intermediária ocupada pela semiperiferia reduz a tensão entre os extremos e, deste modo, ajuda a preservar o sistema-mundo moderno. Mas ela também exerce uma função dinamizadora. Nos períodos de contração econômica, quando a luta para açambarcar um quinhão do excedente mundial em declínio se intensifica, alguns Estados semiperiféricos podem tirar proveito de sua constituição híbrida e ameaçar o centro do sistema. (cf. WALLERSTEIN, 1979: 96-101).

Tomaremos agora o escopo temporal do sistema-mundo moderno. A duração de *qualquer* sistema-mundo está ligada à três “períodos” que devem ser distinguidos: a sua gênese; o período de “funcionamento normal” (relativamente longo) e o seu declínio. A gênese e a derrocada de um sistema-mundo caracterizam-se pelo fato de seus desdobramentos serem *intrinsecamente imprevisíveis*. O período de desenvolvimento regular, pelo contrário, é presidido por contradições internas que modelam a sua evolução. Assim, o argumento que se segue só diz respeito a este período. A evolução do sistema-mundo moderno apresenta duas dimensões interrelacionadas: (a) *tendências seculares*: derivam das contradições fundamentais do sistema e estão diretamente relacionadas à sua *duração*. Representam, portanto, uma das chaves para a apreensão da *estrutura* do sistema-mundo moderno, embora estas tendências sejam, a primeira vista, mais sujeitas à indeterminação do que os ritmos cíclicos que comentaremos em seguida. A tendência secular – ou logística – é, na literatura específica recente, fortemente associada ao movimento dos preços em intervalos de 150-300 anos, que compõe o famoso – e ainda inexplicado – padrão secular de inflação e deflação. Apesar do esforço intenso dos adeptos da perspectiva do sistema-mundo, os estudos sobre este tema ainda não renderam resultados satisfatórios (cf. R.W.G.C.R.S.T., 1979). Wallerstein, por sua vez, identifica três (sub)tendências que, combinadas, supostamente explicariam grande parte da dinâmica das tendências seculares: (i) a pressão dos níveis reais de remuneração do trabalho sobre os custos de produção (a resultante do conflito entre capital e trabalho); (ii) o custo progressivo dos insumos materiais (não só o preço de compra das matérias primas, mas sobretudo os custos de sua transformação, do tratamento dos resíduos e, sobretudo, da proteção ambiental); (iii) a elevação da pressão tributária, que deriva da intensificação da rivalidade interestatal e do custo da preservação da estabilidade social no interior dos Estados (resposta às demandas sociais, repressão e cooptação de movimentos contestatórios etc.). Estas três tendências interagem a todo momento, impondo obstáculos à acumulação.

A superação destes obstáculos intensifica a luta de classes, a tensão entre as classes e os aparelhos de estado e, por fim, fomenta a rivalidade interestatal. Produzem, portanto, as complexas linhas de força que moldam a trajetória do sistema (cf. WALLERSTEIN, 1999b: 6-12). (b) *ciclos conjunturais* ou *ritmos cíclicos*: são processos cíclicos que, simultaneamente, influenciam e são influenciados pelas tendências seculares. Na economia-mundo capitalista, os ciclos conjunturais mais importantes comportam-se de forma análoga aos ciclos de Kondratieff. Duram cerca de 50 anos e são constituídos por duas fases: expansão e contração. No entanto, Wallerstein concebe este tipo de ciclo de forma bastante particular. A lógica que rege o seu funcionamento *não se esgota* na discrepância entre a oferta e a procura.¹⁰ Pelo contrário. A sua dinâmica está intimamente relacionada às tensões que modelam o sistema-mundo e, também, aos conflitos que eclodem na arena sociopolítica. A oferta não cria a sua própria demanda. Se assim fosse, o capitalismo não seria um modo de produção tão turbulento. A demanda é uma função da distribuição do excedente que, ao contrário da variação da oferta, *não* deriva fundamentalmente de decisões individuais de investimentos visando a acumulação. A distribuição do excedente resulta do conflito local e global entre os diversos grupos, classes e estratos que fazem parte do sistema-mundo moderno. Assim, a contradição entre os interesses imediatos e os interesses de longo prazo das classes em luta exerce uma influência decisiva na dinâmica dos ciclos de Kondratieff: os conflitos de interesse são permanentes, mas as lutas agudas são mais descontínuas, pois geralmente resultam em compromissos relativamente duradouros. Assim, é a variação *contínua* da oferta, combinada à variação descontínua da procura que rege os ciclos de Kondratieff.¹¹

Como já sugerimos, o sistema-mundo moderno é uma *economia-mundo capitalista*: com este termo estamos descrevendo tanto a sua *estrutura formal* quando o seu *modo de produção*, já que ambos são inseparáveis. Esta economia-mundo é regida por uma “lei do valor”, que determina a distribuição da maior parcela do excedente para aqueles que dão prioridade à diretriz fundamental do sistema: a “acumulação incessante de capitais”. Assim, *acumular por acumular* – isto é, o capital como valor que valoriza a si próprio – representa o princípio nuclear que orienta todo o sistema e lhe confere *sentido*. Isto não quer dizer que todos os seus membros operam implacavelmente com base nesta “lei do valor”. Mas, em consonância com os fundamentos do sistema, todas as instituições da economia-mundo capitalista são designadas para recompensar materialmente os que aderem ao seu princípio básico e, indiretamente, para punir os que não o fazem. (cf. WALLERSTEIN, 1988: 584-5; 1992c:566-580; 1995:3-5).

A economia-mundo capitalista possui uma superestrutura política bastante peculiar, composta por uma rede heterogênea de Estados “soberanos”, rede que Wallerstein denomina como *sistema interestatal*. É importante salientar que, apesar de o sistema interestatal envolver toda a economia-mundo, ele não pode ser considerado como uma *estrutura política unitária*, pois nenhum grupo ou Estado tem poder suficiente para controlar efetivamente todo o sistema. Em outras palavras, um estado pode ser *hegemônico*, isto é, capaz de influenciar o sistema interestatal mais do que qualquer outro Estado, conjunto de estados ou organizações supra-nacionais, e colher os benefícios que derivam desta influência. Mas não podemos dizer que ele *controla* o sistema interestatal e muito menos a economia-mundo: a Grã-Bretanha não controlava o sistema-mundo moderno tal como ele existia no século XIX, assim como os EUA não controlam o sistema-mundo contemporâneo.¹² Trata-se, portanto, da recriação da *soberania parcelar*. Para Wallerstein, esta estrutura política singular contribui de maneira decisiva para o fortalecimento da

economia-mundo capitalista: como a arena econômica transcende a esfera de atuação das unidades políticas tomadas individualmente, o grande capital ganha uma margem de manobra extremamente ampla: uma organização capitalista pode, por exemplo, instalar as suas bases produtivas nas zonas de salários mais baixos e, ao mesmo tempo, realizar a sua produção nas regiões de poder aquisitivo mais elevado, aumentando consideravelmente a taxa de retorno. Por fim, a própria *fluides* do sistema interestatal reforça a tendência à acumulação incessante de capitais, na medida em que estabelece uma competição ininterrupta entre os Estados nacionais que o integram: os Estados do centro lutam para preservar a sua posição privilegiada, enquanto os demais se esforçam para escapar das zonas periféricas. Comportam-se, portanto, como capitalistas individuais, lutando para expandir a sua base tributária, racionalizar os seus quadros burocráticos e, sobretudo, para incrementar o seu poder de atuação no cenário internacional.¹³

Há ainda uma categoria importante a ser discutida: a *arena externa*. Com este termo, Wallerstein denomina as variadas formas de impérios-mundo, economias-mundo e mini-sistemas que não fazem parte constitutiva do sistema-mundo moderno, embora possam estabelecer relações com ele (relações comerciais, bélicas, etc.). Como a reprodução da economia-mundo moderna *exige* a expansão intensiva e extensiva de sua produção e de suas fronteiras espaciais, a arena exterior tem sido sistematicamente incorporada ao sistema-mundo moderno (*cf.* WALLERSTEIN, 1974 cap. 6). A forma de inserção depende do poder relativo das estruturas políticas presentes nas regiões recém incorporadas: se elas se alinham à periferia ou à semiperiferia do sistema-mundo. Trata-se, portanto, de uma categoria definida pela negatividade, que possui uma importante implicação: um elemento da arena externa só entra para a história do sistema-mundo moderno no momento em que é por ele incorporado, isto é, exatamente quando deixa de fazer parte da arena externa para converter-se em uma zona periférica ou semiperiférica da economia-mundo capitalista. Assim, *mutatis mutandis*, não é difícil notar que a arena externa, na perspectiva do sistema-mundo, opera de forma análoga à noção marxista de “formações sociais pré-capitalistas”.¹⁴

2 – Características epistemológicas da perspectiva do sistema-mundo

2.1 - *Globalidade* - Como já observamos, a teoria da modernização é internacional por definição, já que ela está fundamentada, basicamente, na comparação sistemática entre Estados "soberanos". Contudo, ela nunca foi *global*, pelo menos não no sentido proposto por Wallerstein: para este autor, por sistema-mundo devemos entender uma *unidade* cujas partes integrantes não podem ser analisadas separadamente. Sendo assim, os processos do sistema-mundo são sempre *totais*.¹⁵

2.2 - *Historicidade* - Este aspecto decorre do anterior. Se há realmente um sistema-mundo, isto é, uma totalidade espaço-temporal efetiva, apenas a sua história - e a sua história como *um todo*, e não a história de suas subunidades tomadas separadamente - pode explicar as sucessivas conformações do sistema, assim como a sua feição contemporânea. Mas, para tanto, é necessário delimitar as fronteiras (espaço)temporais do sistema-mundo moderno, procedimento que, na prática, tem suscitado acirradas polêmicas.¹⁶ Wallerstein é enfático: a historicidade não pode ser confundida com a “história ciência social” praticada nos últimos 25 anos, onde os dados disponíveis sobre o passado são utilizados fundamentalmente para testar as generalizações teóricas derivadas das análises do cenário contemporâneo (*cf.* 1998:107).

2.3 - *Unidisciplinaridade* - Se as duas constatações anteriores forem verdadeiras, a usual divisão entre as arenas política, econômica e sociocultural como esferas regidas por lógicas particulares não pode ser sustentada. Assim, unidisciplinaridade não significa multidisciplinaridade, já que a abordagem multidisciplinar, mesmo combinando elementos e descobertas das demais áreas, *respeita* as fronteiras entre as ciências sociais. Em outros termos, a análise do sistema-mundo demanda a constituição de uma *ciência unitária*.

2.4 “*Holismo*” ou *totalismo* - O totalismo fundamenta e ao mesmo tempo é fundamentado nas constatações anteriores. Quando se estuda um sistema-mundo, as fronteiras entre as ciências sociais deixam de fazer sentido. Estas fronteiras - socialmente construídas entre 1850 e 1945 - refletem a ideologia liberal, que de tão arraigada se tornou quase invisível. O conceito de sistema-mundo é, sobretudo, uma negação da perspectiva liberal: a *totalidade* do sistema é a unidade que confere sentido às partes. Deste modo, como já assinalamos, toda análise, mesmo que setorial, define-se e deve ser presidida pela totalidade. É necessário dar mais um passo. Mesmo entre os defensores da unicidade da ciência social, há uma forte tendência em dissociá-la da história, nos seguintes termos: a ciência social é abstrata e generalizante (nomotética), enquanto a história é concreta e particularizante (idiográfica). Desta distinção, derivam pelo menos duas posições diferentes: (a) o diálogo entre a ciência social e a história é teoricamente impossível; (b) este diálogo é possível e desejável, mas isto não implica a possibilidade de fusão entre estas duas “disciplinas”. Em outros termos: a ciência social não pode ser reduzida à história e vice-versa. Wallerstein e boa parte dos adeptos da perspectiva do sistema-mundo tem se esforçado para demolir – ou “despensar” – esta diferença, isto é, superar a clássica e não resolvida antinomia idiográfico-nomotética. O resultado desta superação seria a constituição efetiva do que Wallerstein denomina *ciência social histórica*. O pressuposto básico desta nova ciência é relativamente simples: conceitos e teoremas (abstrações generalizadoras) possuem raízes históricas e, deste modo, somente são válidos dentro de certos parâmetros do espaço-tempo.¹⁷ Assim, nenhuma generalização é ahistórica (universal). Por outro lado, é impossível tratar de qualquer conjunto particular de circunstâncias no passado sem usar (de forma consciente ou não) conceitos, que implicam teoremas e generalizações.¹⁸

3- Considerações finais

A tentativa de superação da *Methodenstreit* (a antítese nomotético-idiográfica), a ênfase na totalidade, na unicidade de ciência e a introdução da história¹⁹ como uma variável decisiva na compreensão dos sistemas sociais são (ou foram?) os parâmetros fundamentais da perspectiva do sistema-mundo. No entanto, a preocupação quase obsessiva com os ritmos cíclicos e com a “lógica sistêmica” (cf. CHASE-DUNN, 1992: 319-27) dos sistemas-mundo – tendencialmente funcionalista – pode se tornar uma camisa de força, capaz de esterilizar as potencialidades desta modalidade de reflexão. A atual convergência entre parte dos praticantes da perspectiva do sistema-mundo e a “teoria da complexidade”, derivada do que se convencionou denominar “new science”(cf. LEE, 1992; 1997; WALLERSTEIN, 1996) é um indício de um provável descaminho. Simplificando um pouco as coisas, podemos dizer que a teoria da complexidade tende a oscilar entre dois pólos: 1) A maior parte dos fenômenos do mundo real são caóticos, isto é, *instáveis*. Deste modo, a análise destes fenômenos, cujas possibilidades de previsão são limitadas, deve fundamentar-se predominantemente em estimativas probabilísticas. 2) no seio da aparente onipresença do caos, existem sistemas complexos, dotados de ordem interna, isto é,

baseados em leis determinísticas, que geram padrões discerníveis. No entanto, impulsionados por suas próprias leis, todo e qualquer sistema tende a desagregar-se, isto é, a entrar na “fase de bifurcação”: as oscilações tornam-se mais abruptas e progressivamente aleatórias. Quando se atinge este ponto, as leis que ordenavam o sistema não são mais capazes de fazê-lo. A partir daí, um ou vários novos sistemas podem surgir. Mas enquanto um novo conjunto de leis internas não for consolidado, a trajetória do sistema é intrinsecamente imprevisível (cf. BIRKEN,1999; EKELAND, 1998; PRIGOGINE,1996). Pode parecer surpreendente, mas esta discussão, que situa-se no âmbito da *física*, despertou o interesse de alguns adeptos da perspectiva do sistema-mundo. Esta estranha influência tem sido reforçada por proposições catastrofistas sobre o declínio inevitável do sistema-mundo capitalista, previsto para ocorrer por volta de 2025-50, com a inversão do Kondratieff atual. A peculiaridade é que a fase B irá ocorrer durante uma tendência secular declinante (i.é., uma *deflação secular*, contrariamente à inflação secular que caracterizou o século XX), combinada com a radicalização das contradições fundamentais da economia-mundo moderna. Quem tomou a dianteira neste tipo de previsões foi o próprio Wallerstein:

“Portanto, podemos dizer que a economia-mundo capitalista entrou agora em sua crise terminal, uma crise que deverá durar cerca de 50 anos. A questão real que se coloca a nossa frente é o que irá ocorrer durante esta crise, durante esta transição do presente sistema-mundo a outro tipo de sistema ou sistemas históricos. Analiticamente, a questão chave é a relação entre os ciclos de Kondratieff que descrevi inicialmente e a crise sistêmica de que estive falando agora. Politicamente, há a questão de que tipo de ação social é possível e desejável durante uma transição sistêmica.”(1999b: 9)

A incorporação de elementos da teoria da complexidade, em conjunto com a ênfase no caráter *determinante* dos ciclos médios (uma capitulação frente a “teoria” da regulação?) está levando a perspectiva do sistema-mundo a um ponto de inflexão, onde as suas características mais frutíferas estão sendo mais eliminadas. Em uma análise inspirada na desintegração sistêmica inevitável, tal como esboçamos acima, qual é o lugar efetivo da história? Onde está a superação da antinomia nomotético-idiográfica?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Samir “The Ancient World-Systems versus the Modern Capitalist World-System” *Review* XIV, 3
- ANDERSON, Perry (1974) *Passages from Antiquity to feudalism* Londres: New Left Books
- ANDERSON, Perry (1979) *Lineages of the Absolutist State* Londres: Verso
- ARRIGHI, Giovanni (1990) “The Three Hegemonies of Historical Capitalism” *Review* XIII,3
- ARRIGHI, Giovanni (1998) "Capitalism and the Modern World-System: rethinking the nondebates of the 1970's" *Review* XXI, No.1
- ARRIGHI, Giovanni (1999) “The World Accordind to Andre Gunder Frank” *Review* XVII,3
- BIRKEN, Lawrence (1999) “Chaos theory and “Western Civilization”” *Review* XXII,1

- BRAUDEL, Fernand (1996) *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII: O Tempo do Mundo* Vol. III, trad. portuguesa, São Paulo: Martins Fontes
- BRENNER, Robert (1977) "The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism" *New Left Review* No. 104
- CHASE-DUNN, Christopher (1992) "The Comparative Study of World-Systems" *Review* XV, 3
- EKELAND, Ivar (1998) "What is Chaos Theory?" *Review* XXI, 2
- HOPKINS, Terence K. (1990) "Note on the Concept of Hegemony" *Review* XIII, 3
- FRANK, A. G. (1990) "A theoretical introduction to 5.000 Years of World System History" *Review* XIII, 2
- FRANK, A. G. & GILLS, Barry K. (1992) "The Five thousand year world system: an interdisciplinary introduction" *Humboldt Journal of Social Relations* 18, 2
- IANNI, Octavio (1999) "As Economias-Mundo" in: *Teorias da Globalização* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEE, Richard (1992) "Reading's in the 'New Science': a selective annotated bibliography" *Review* XV, I
- LEE, Richard (1997) "Cultural Studies as *Geisteswissenschaften*? Time, Objectivity, and the Future of Social Science" *Papers - Fernand Braudel Center*
- PRIGOGINE, Ilya (1996) "The Laws of Caos" *Review* XIX, 1
- R.W.G.C.R.S.T. (1979) "Cyclical Rhythms and Secular Trends of the Capitalist World-Economy: some premises, hypoteses and questions" *Review* II, 4
- SCKOCPOL, Theda (1977) "Wallerstein's World Capitalist System: a theoretical and historical critique" *American Journal of Sociology* 82, No. 5
- TIBEBU, Teshale (1990) "On the question of Feudalism, Absolutism, and the Bourgeois Revolution" *Review* Vol. XIII, No.1
- WALLERSTEIN, Immanuel (1974) *The Modern World-System I - Capitalist agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*" Nova York: Academic Press
- WALLERSTEIN, Immanuel (1977) "The Tasks of Historical Social Science: an Editorial" *Review* I, 1
- WALLERSTEIN, Immanuel (1979) *The Capitalist World-Economy* Cambridge: Cambridge University Press
- WALLERSTEIN, Immanuel (1980) *The Modern World-System II - Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy 1600-1750* Nova York: Academic Press
- WALLERSTEIN, Immanuel (1983a) *Historical Capitalism* Londres: Verso
- WALLERSTEIN, Immanuel (1983b) "The Three Instances of Hegemony in the History of the Capitalist World-Economy" *International Journal of Comparative Sociology* XXIV, 1/2
- WALLERSTEIN, Immanuel (1984) "Long Waves as Capitalist Process" *Review* VII, 4
- WALLERSTEIN, Immanuel (1988) "Typology of Crises in the World-System" *Review* XI, 4, 1988
- WALLERSTEIN, Immanuel (1991) *Unthinking social science: the limits of nineteenth century paradigms* Cambridge, Mass.: Polity Press

- WALLERSTEIN, Immanuel (1992a) "America and the World: today, Yesterday and Tomorrow" *Theory and Society* no. 21
- WALLERSTEIN, Immanuel (1992b) "The Challenge of Maturity: whither Social Science" *Review* XV,1
- WALLERSTEIN, Immanuel (1992c) "The West, Capitalism, and the Modern World-System" *Review* XV, no.4
- WALLERSTEIN, Immanuel (1995) "The Mordern-World System and Evolution" *The Journal of World-System Research* 1, 19
- WALLERSTEIN, Immanuel (1996) "History in Search of Science" *Review* XIX, 1
- WALLERSTEIN, Immanuel (1997a)"Social Science and Contemporary Society: the vanishing guarantees of Rationality" *Papers* – Fernand Braudel Center
- WALLERSTEIN, Immanuel (1997b) "The Time of Space and the Space of Time: the future of social science" *Papers* – Fernand Braudel Center (*Lecture* apresentada na *University of Newcastle upon Tyne* (22 fev. 96). Também publicado em *Political Geography*, XVII,1 (1998))
- WALLERSTEIN, Immanuel (1997c) "Time and Duration: the unexcluded middle" *Papers* – Fernand Braudel Center (Conferência proferida na *Université Libre de Bruxelles* (25 set. 96); publicado em *Thesis Eleven* No.54 (1998))
- WALLERSTEIN, Immanuel (1997d) "State? Sovereignty? The Dilemmas of Capitalists in na Age of Transition" *Papers* – *Fernand Braudel Center* [Nota apresentada na conferência "State and Sovereignty in the World Economy" – University of California, Irvine (21-23/02/97)]
- WALLERSTEIN, Immanuel (1998) "The Rise and Future Demise of World-Systems Analysis" *Review* XXI, No.1
- WALLERSTEIN, Immanuel (1999a) "Frank proves the European Miracle" *Review*, XXII,3
- WALLERSTEIN, Immanuel (1999b) "Globalization or the Age of Transition? A long-term view of the trajectory of the World-System" *Papers* - Fernand Braudel Center
- WALLERSTEIN, Immanuel (1999c) "Uncertainty and Historical Progress" *Papers* – Fernand Braudel Center
- WEBER, Max A *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1994) trad. port., 9ª ed., São Paulo: Pioneira

NOTAS:

* Sociólogo, Mestre em História Econômica e Doutorando em Economia (IE/UNICAMP). Bolsista da FAPESP.

¹ Wallerstein - assim como os principais autores inspirados em sua perspectiva analítica - resiste ao termo *teoria* do sistema-mundo por dois motivos principais. Em primeiro lugar, como se pode notar já em *The Modern World-System I*, sua abordagem fundamenta-se principalmente na crítica dos pressupostos das ciências sociais existentes. (cf. 1974:9-11;1991:1-4;237-56). Em segundo, ainda é cedo demais para teorizar de forma séria. Em suas próprias palavras: "Eu tenho considerado o trabalho dos últimos 20 anos e de mais alguns que virão como o trabalho de limpar a vegetação rasteira, para que possamos construir um aparato mais adequado para as ciências

sociais."(1998:103). Portanto, em seu entender, não há ainda uma *teoria* do sistema-mundo em geral, e nem do sistema-mundo capitalista.

² No mundo marcado pela Guerra Fria, as implicações político-estratégicas da teoria da modernização eram claras: haviam apenas dois modelos a serem seguidos pelos "países atrasados": o dos EUA ou o da URSS. No entanto, "(...) estas implicações políticas foram objeto de uma rejeição furiosa por parte dos revolucionários de 1968. Foi um salto relativamente curto para eles (...) negarem as premissas epistemológicas [da teoria da modernização]. Isto criou uma atmosfera mais receptiva ao tipo de protesto que a análise do sistema-mundo representava. *É importante lembrar esta intenção original da análise do sistema-mundo, o protesto contra a teoria da modernização, se quisermos entender as direções que ela tem tomado desde então.*" (WALLERSTEIN,1998:106) Grifos meus. Ver também (1991:266-72); ARRIGHI,1998:114-6

³ O núcleo institucional da perspectiva do sistema-mundo é composto principalmente pelo *Fernand Braudel Center* (1976) – Universidade Estadual de Nova York em Binghamton (dirigido por Wallerstein), o periódico *Review* (1977) e a seção *Political Economy of the World-Systems* da *American Sociological Association*.

⁴ Sobre o significado particular que este termo ganha na explicação de Weber, *cf.* 1994:31 e segs.

⁵ “Se puder ser encontrado algum objeto ao qual este termo [espírito do capitalismo] possa ser aplicado com algum significado compreensível, ele apenas poderá ser uma individualidade histórica, isto é, um complexo de elementos associados na realidade histórica, *que unimos em um todo conceitual do ponto de vista de um significado cultural.*” (WEBER, 1994: 28). Grifos meus.

⁶ Wallerstein – e muitos outros críticos (como Teshale Tibebu, por exemplo (*cf.*1990)) - não faz justiça a esta dimensão do argumento de Perry Anderson.

⁷ “É interessante notar – escreve Wallerstein – quais questões não foram formuladas, ou raramente formuladas, no século XIX ou desde então. Não foi perguntado por que este fenômeno (independente de como o chamarmos) não ocorreu muito antes na história humana, digamos mil anos mais cedo? Não foi perguntado se houve alguma alternativa histórica plausível à esta “transição” ou desenvolvimento particular. (...) *Toda a discussão está de fato centrada na premissa de que o que quer que tenha ocorrido tinha de ter ocorrido(...).* Se utilizarmos a analogia de uma explosão causada por uma massa crítica ou uma conjunção particular de variáveis, a questão se esta “explosão” foi intrinsecamente necessária ou historicamente “acidental” torna-se uma questão intelectual real, que deve ser resolvida *antes de se construir um edifício teórico completo para as ciências sociais históricas baseado em uma “transição” inevitável.*”(1992c:561-2). Grifos meus.

⁸ Wallerstein reconhece que a precariedade desta definição é, de certo modo, inevitável: “O leitor pode pensar que a utilização da expressão “em grande medida” é um exemplo de subterfúgio acadêmico. Admito que não posso quantificar. Provavelmente nunca ninguém poderia fazê-lo, dado que a definição está baseada em uma hipótese contrafactual: se o sistema, por qualquer motivo, ficasse isolado de todas as forças externas (o que, na prática, nunca acontece), a definição implica que o sistema continuaria a funcionar substancialmente da mesma maneira.” (1974:347)

⁹ Fernand Braudel, ao mesmo tempo em que critica Wallerstein por estar “hipnotizado” pelo século XVI, reconhece a importância da semi-periferia: “Assim, através de todos os avatares políticos da Europa, por causa deles ou a despeito deles, constituiu-se precocemente uma ordem econômica européia, ou melhor, ocidental, ultrapassando os limites do continente, utilizando as suas diferenças de voltagem e as suas tensões. Bem cedo o “coração” da Europa viu-se cercado por uma semiperiferia próxima e um periferia longínqua. Ora, essa semiperiferia que oprime o coração, que o obriga a bater mais depressa – o norte da Itália em redor de Veneza nos séculos XIV e XV, os Países Baixos em torno de Antuérpia – é talvez a característica essencial da estrutura européia. Ao

que parece, não há semiperiferia em torno de Pequim, de Delhi, de Ispahan, de Istambul, até de Moscou.”(1996:45).

¹⁰ As interpretações recentes sobre os ciclos de Kondratieff podem ser divididas quanto à ênfase: (a) exaustão da tecnologia, (b) expansão exagerada do capital, (c) produção primária excedente. No entanto, praticamente todas compartilham uma característica comum: *a base do mecanismo é o periódico desequilíbrio entre a oferta e a procura* cf. WALLERSTEIN, 1984: 567-9. Ver também *ibid*, 1979.

¹¹ Wallerstein sugere que existem outros ritmos cíclicos em ação: “A economia-mundo capitalista tem se mantido por um longo tempo, como todo sistema faz, mediante mecanismos que restauram o seu equilíbrio toda vez que os seus processos se afastam muito dele. O equilíbrio nunca é restaurado imediatamente, mas apenas depois de desviar-se suficientemente da norma e, é claro, ele nunca é restaurado perfeitamente. Porque ela necessita que os desvios atinjam um certo grau antes de disparar os contramovimentos, o resultado é que a economia-mundo capitalista, como qualquer outro sistema, possui ritmos cíclicos de vários tipos. Nos discutimos um dos principais ciclos que ela desenvolve, chamados de Kondratieff. Estes não são os únicos.”(1999b:10). O curioso é que ele faz constantes alusões a uma série de ciclos breves e médios (ex.: Kitchin, Juglar, Kuznets), mas só comenta efetivamente os ciclos de Kondratieff.

¹² Refletindo sobre as características do sistema interestatal, Wallerstein desenvolve uma tese polêmica: ele está sujeito a um *ciclo de hegemonias*, que atua conjuntamente com a tendência secular anteriormente mencionada, embora de forma complexa, pois a dinâmica dos ciclos hegemônicos não pode ser reduzida à da tendência secular (e vice-versa). As hegemonias são auto-destrutivas, pois implicam um aumento progressivo dos custos que, por sua vez, deriva da rivalidade interestatal (ao mesmo tempo em que a alimenta). Quando uma potência hegemônica entra em declínio, as demais potências lutam para ocupar o seu lugar, o que geralmente resulta em longos conflitos geopolíticos e, finalmente, em uma recentragem do sistema. Assim, o estabelecimento de uma nova hegemonia redefine o eixo mundial de divisão do trabalho e, concomitantemente, toda a configuração da economia-mundo. Historicamente, o sistema-mundo moderno vivenciou, até o momento, três ciclos hegemônicos, de duração e intensidade variadas: o holandês, o britânico e o norte-americano (cf. 1983b). Esta sucessão é o modelo básico que a sustenta é quase unânime entre os adeptos da perspectiva do sistema-mundo, embora Giovanni Arrighi acredite que tem algo muito diferente a dizer sobre isto (cf. 1990). Ver também HOPKINS, 1990.

¹³ Neste sentido, o Estado é, ao mesmo tempo, o baluarte e uma ameaça constante aos grandes acumuladores de capital: “O Estado pode ser o predador primário; nenhum predador foi tão eficaz historicamente quanto um imperador situado no topo de uma estrutura redistributiva. Algo que fosse capaz de reproduzir uma estrutura política como esta, baseando-se na eficiência técnica do mundo moderno, seria a nêmesis da acumulação incessante de capitais.”(WALLERSTEIN, 1995: 10). Portanto, o aniquilamento do sistema interestatal e a conversão da economia-mundo capitalista em um poderosíssimo império-mundo é um desdobramento possível, embora pouco provável.

¹⁴ Teshale TIBEBU percebeu esta dimensão do problema: “O grande “perigo” para a teoria parece derivar da não-problematização da “arena externa”. Aqueles que são “incorporados” são *povos*, embora sejam enterrados debaixo de uma longa cadeia de mercadorias. A sua história precisa ser completamente estudada. Este estudo deve começar pela rejeição da “arena externa” tomada como a versão das “formações pré-capitalistas” da teoria do sistema-mundo. O residualismo é uma pesada manta que sufoca o livre fluxo do ar da história.” (1990: 132-3). Obs: Tibebu fala de uma *teoria* do sistema-mundo em constituição.

¹⁵ "Globalidade - salienta Wallerstein - não é globalização. Como tem sido usado por muitas pessoas nos últimos dez anos, o termo "globalização" refere-se à um processo tido como novo,

cronologicamente recente, onde os Estados supostamente *não consistem mais* nas unidades decisórias, mas estão agora, e apenas agora, inseridos em uma estrutura denominada por alguns como "mercado mundial", uma entidade um tanto mítica e seguramente reificada, que dita as regras" (1998b:107).

¹⁶ O debate sobre a longevidade do sistema-mundo moderno é crucial para a perspectiva do sistema-mundo. No entanto, algumas das tendências em conflito são, no mínimo, exóticas. A mais extravagante é, certamente, a posição derivada de A. Gunder Frank e de Barry Gills: o presente *sistema mundial* tem quase 5.000 anos, pois surgiu por volta de 2500 A.C. (talvez mais cedo!), com as conexões "sistêmicas" estabelecidas entre a Ásia Oriental, a Europa Ocidental e o sul da África, que formaram uma unidade que já recebeu várias designações, tais como "ecúmeno", "ilha da terra" e "civilização central" cf. FRANK,1990; FRANK&GILLS, 1992. Para a crítica desta posição, ver AMIN,1991:351-3;377-85; ARRIGHI,1999; WALLERSTEIN, 1999a.

¹⁷ Sobre a indissociabilidade entre tempo e espaço – e a tipologia dos diversos espaço-tempos – ver WALLERSTEIN, 1991:135-48; 1997b; 1997c.

¹⁸ Esta dimensão do pensamento de Wallerstein é decisiva para o desenvolvimento da perspectiva do sistema-mundo, ou melhor, para a sua conversão em uma "teoria". Contudo, não é possível desenvolver um tema tão vasto neste artigo. Para tanto, ver WALLERSTEIN, 1991; 1996; 1997b; 1992b; 1977; 1997a (obs.: ordem de relevância para o tema).

¹⁹ De acordo com os preceitos da perspectiva do sistema-mundo (incorporados aos "Programas de Pesquisa" do *Fernand Braudel Center*, estipulados originalmente em 1976, durante a sua fundação), toda estrutura é histórica: para conhecer uma estrutura é necessário não só conhecer a sua gênese, mas também assumir que sua forma e sua substância estão em contínua transformação.